



Boletim 36 – 23 de agosto de 2010

Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais

**FUP CUT**

# Edital de convocação para Assembleia Geral

Vamos nos mobilizar por melhores condições de trabalho. Paralisação nacional por 8 horas no dia 03.

O SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS – SINDIPETRO/MG, em conformidade com as disposições constantes do Título VI da Consolidação das Leis do Trabalho, vem convocar os integrantes da respectiva categoria profissional, empregados diretos da empresa estatal PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS, e suas

Subsidiárias, de sua base sindical, a Assembleia Geral Extraordinária, para discutir, apreciar e deliberar, sobre a seguinte pauta abaixo mencionada, a serem realizadas entre os dias 23 a 27 de agosto de 2010, nos horários abaixo descritos, em primeira convocação com quorum estatutário, ou trinta minutos após com qualquer número de presentes.

## PAUTA:

- Estado de greve
- Paralisação de 8 horas dia 03/09 – sexta-feira
- Mobilizações nos dias de negociação

## Datas e horários das assembleias na Regap:

GRUPO	DATA	HORÁRIO
G.3	24/08 – terça-feira	23h30
G.5	25/08 – quarta-feira	15h30
G.1 e HA	26/08 – quinta-feira	07h30
G.4	26/08 – quinta-feira	23h30
G.2	27/08 – sexta-feira	07h30

### Abaixo-assinado

O Sindipetro/MG, assim como os demais sindicatos, iniciará um abaixo assinado mobilizando os funcionários contra o pagamento do bônus a uma minoria privilegiada. O abaixo assinado é uma forma de mostrarmos nossa insatisfação por estes tipos de atitudes discriminatórias, desrespeitosas, contra o trabalhador.

Na Regap daremos continuidade à campanha “Diga não ao bônus à surdina” como forma de combater esta prática. Para nós, isto é vergonhoso, ainda mais que a ação veio justamente no período da negociação da campanha salarial, na tentativa de confundir os empregados, e assim, resultar na divisão da categoria.

# Fórum Nacional pela Reforma Agrária lança campanha em prol do limite de propriedade de terra

Entre os dias 1º a 7 de setembro as organizações do Fórum realizarão junto à sociedade um plebiscito popular para decidir se o Brasil deve incorporar na Constituição um novo inciso no artigo 186 (que trata da função social da terra) para limitar o tamanho máximo da propriedade em 35 módulos fiscais.

O Plebiscito é parte da Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra. O Fórum compreende que limitar a propriedade da terra é uma medida que assegura a justiça social e ambiental no país e, portanto, abrem este debate à sociedade brasileira para que ela opine e participe.

A CUT é uma das 54 organizações que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.

Segundo os dados do Censo do IBGE (2006), os 5.175 milhões de estabelecimentos existentes no Brasil com uma área total de 329,9 milhões de hectares, acham-se assim distribuídos: 1%,

correspondente a 46.991 mil estabelecimentos com mais de 1000 hectares, detém 146,5 milhões de hectares, ou 44% da área total, enquanto os 99% restantes, perfazendo 5,128 milhões de estabelecimentos, ocupam apenas 183,3 milhões de hectares, ou 66% de toda essa área.

Os grandes proprietários de terras atentam contra o meio ambiente, reduzem drasticamente as já precárias condições de vida das comunidades tradicionais, não cumprem a função social da terra, além de comprometer qualquer desenvolvimento em bases sustentáveis.

Para saber mais, visite o site: <http://www.limitedaterra.org.br>



## Ação Civil Pública: Petrobrás recua e não faz proposta de pagamento de multa

Em audiência realizada na quinta-feira passada, dia 20, no Ministério Público do Trabalho (MPT), a Petrobrás não fez proposta de pagamento da multa imposta pelo não cumprimento dos itens da ação civil pública.

Conforme acordado em audiências anteriores, desde junho deste ano, no Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) dos trabalhadores, deveria constar que eles estão expostos aos seguintes agentes químicos: benzeno, tolueno, xileno, etil-benzeno e hexano.

A empresa volta atrás e alega que não pode constar esta redação no ASO e usa como argumentação que isto implicaria em pagamento da contribuição adicional para o INSS (o que arrecada) com reflexo inclusive no passivo, e que não existe garantia por parte do INSS (o que concede o benefício), o reconhecimento da aposentadoria especial.

Por se tratar de matéria controversa, segundo ela, existe no INSS um grupo que trabalha esta questão. Este grupo de trabalho é interno ao órgão público e não há participação externa.

Diante disto, ela não faria nenhuma proposta de multa e solicitava ao procurador um prazo para aguardar uma decisão do INSS. O procurador do MPT remarcou outra audiência para o próximo mês e aguarda que a empresa apresente informações sobre este grupo de trabalho.

O Sindipetro/MG reitera, assim como o MPT, que a empresa faça constar nos ASOs o que foi acordado, pois isto representa a realidade dos trabalhadores e é um meio para buscar junto ao INSS o restabelecimento da aposentadoria especial.

## Prazo da Devolução do Imposto Sindical/2010 vai até o dia 10 de setembro.

Fique atento ao prazo. O pedido da Devolução do Imposto Sindical/2010 pode ser feito até o dia 10 de setembro por meio da ficha que está disponível no nosso site: [www.sindipetromg.org.br](http://www.sindipetromg.org.br).

A devolução corresponde a 60% de um dia de trabalho, referente a

março/2010, que é a parte devida do imposto ao Sindicato. O imposto será devolvido somente ao pessoal da ativa associado do Sindipetro/MG. Quem optar por não receber a devolução do Imposto Sindical estará contribuindo para o Fundo de Mobilização e Luta.

## Troca de horário na vigilância – Gerente setorial diz não saber deste acordo, como assim?

Na reunião entre o Sindipetro/MG, a gerência de RH e o gerente setorial, ficou acertado que os vigilantes fariam no máximo duas trocas por mês, desde que tivessem autorização do supervisor de turno.

Estamos recebendo reclamações

de que o gerente setorial diz não saber deste acordo. Estranhamos, porque ele participou da reunião e concordou. Exigimos que seja implantado o que negociamos, inclusive que seja feito na presença da gerência de RH da Regap.